Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º … /XI

RECOMENDA AO GOVERNO A SUSPENSÃO DE TODAS AS ACÇÕES RELATIVAS À TRANSFERÊNCIA DE MUSEUS E À CRIAÇÃO DE NOVOS MUSEUS NO EIXO AJUDA/BELÉM, ATÉ À ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESTRATÉGICO PARA A RECONFIGURAÇÃO DO SEU CONJUNTO

Exposição de motivos

O conjunto de museus do eixo Ajuda/Belém consubstancia um caso singular de sucesso em Portugal. É nesta zona da cidade de Lisboa que se encontram os museus mais visitados do país e algumas das mais importantes colecções museológicas a nível internacional.

Nos últimos dois anos temos vivido um ambiente de incerteza contínua de projectos iniciados, abandonados e reiniciados, e com sucessivos anúncios de novas alterações, sem que qualquer estudo e debate profundo tenham tido lugar. Esta situação é tanto mais grave quando os sucessivos projectos não foram museologicamente fundamentados e sem que se compreendam as consequências dos passos isolados que vão sendo dados.

O Museu Nacional dos Coches reúne uma excepcional colecção de viaturas reais do período compreendido entre o século XVII e o final do

século XIX, considerada a mais notável colecção do género no mundo. A variedade artística dos seus coches, berlindas, carruagens, seges, carrinhos de passeio, leiteiras ou cadeirinhas e carrinhos de criança permite compreender a evolução dos meios de transporte utilizados pelas cortes europeias até ao surgimento do automóvel. Inaugurado a 23 de Maio em 1905 por iniciativa da Rainha D. Amélia de Orleãns e Bragança, mulher do rei D. Carlos I, o então designado Museu dos Coches Reaes é hoje o museu mais visitado da cidade de Lisboa e um dos mais visitados de Portugal.

As alterações anunciadas relativas a este museu são o exemplo máximo de inexistência de pensamento estratégico. A construção do novo Museu dos Coches advém de uma decisão unilateral do Ministro da Economia sem qualquer participação do Ministério da Cultura.

Nas últimas semanas, a transferência de um outro Museu, o Museu Nacional de Arqueologia, tem vivido desenvolvimentos preocupantes, nomeadamente face à exigência do Ministério da Cultura de abandono por esta instituição da Torra Oca do Mosteiro dos Jerónimos, numa altura em que se desconhece se existem reais condições para a transferência do Museu.

Fundado em 1893, o Museu Nacional de Arqueologia configura a instituição de referência da Arqueologia Portuguesa, tendo regular correspondência com centros de investigação, museus e universidades de todo o mundo. Instituição Centenária da Cultura Portuguesa, é a única no país capaz de relatar a história do povoamento do território português, desde a pré-história à instalação da nacionalidade. Detentor de um espólio riquíssimo, o acervo do inicialmente designado Museu *Ethnographico Português* é constituído por diversos achados arqueológicos nacionais relativos ao período pré-histórico, época romana, visigótica, árabe e medieval, assim como ourivesaria desde o calcolítico à época visigótica, integrando aproximadamente 800 peças classificadas como tesouros nacionais.

A seguir ao Museu Nacional dos Coches, o Museu Nacional de Arqueologia é o mais visitado de Portugal, e também neste caso os projectos de reinstalação carece de um estudo integrado e fundamentado.

É pública a intenção do Governo em proceder à deslocação deste importante património museológico para o Edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria, classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de Março, e igualmente designado por Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira ou Cordoaria Nacional.

A Cordoaria Nacional, constituída por um conjunto de oficinas edificadas longitudinalmente por três corpos, representa uma das raras unidades manufactureiras de cordame na Europa, e única em Portugal, cuja distribuição em forma modelar dos diversos espaços funcionais seguia o modelo de Colbert e albergava igualmente oficinas de alfaiataria, bandeiras e velame.

Mandada construir por decreto do Marquês de Pombal, a Cordoaria Nacional não tem um projecto próprio, ao contrário do sucedido com o edifício similar em França, recuperado para Museu da Indústria. O projecto de colocação do Museu Nacional dos Coches e do Museu Nacional de Arqueologia neste importante património da arquitectura industrial setecentista parece consagrar o erro já cometido com a demolição das antigas instalações das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, contrariando as recomendações do protocolo celebrado entre o Ministério da Defesa e a Secretaria de Estado da Cultura em 1997, no sentido da conservação dos pavilhões.

Acresce ainda que existem fundadas preocupações sobre as condições geológicas e geotécnicas da Cordoaria Nacional para a instalação do Museu Nacional de Arqueologia, designadamente a possibilidade de ocorrência de assentamentos ou mesmo rotura dos terrenos ou a muito alta vulnerabilidade ante os perigos naturais, não esquecendo que aquele local se encontra numa zona classificada de

elevada vulnerabilidade e abrangida pelo efeito de maré directo, isto é, abaixo da cota de cinco metros.

O Bloco de Esquerda tem vindo a demonstrar preocupação face inexistência de sondagem às fundações do Edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria para averiguar as condições de estabilidade e de segurança daquele património, tendo em conta as características do edifício e do local onde está implantado.

Acresce ainda que não se conhecem estudos de custos de todas as alterações anunciadas, nem de como serão financiadas, praticamente nada se sabe sobre as datas previstas para as várias etapas de transição e criação dos museus, nem existem estudos públicos de avaliação do impacto destas alterações nos públicos dos museus.

O exemplo do Museu de Arte Popular serve de importante alerta: a decisão de encerramento posteriormente contrariada tornou muito mais difícil a tarefa da sua reabertura.

Não tem sentido iniciar movimentos de reconfiguração que põem em causa as instituições e a sua relação com os públicos, bem como as colecções e projectos museológicos, sem fundamentação e estudo aturado das condições e previsão de custos dessas alterações. Não é aceitável iniciar um processo que pode ser travado a todo o tempo por problemas de infraestruturas, financiamento ou exigências museológicas. Não se pode correr o risco de, por falta de debate e avaliação, iniciar um processo que, a prazo, possa pôr em causa a sobrevivência destes museus.

A defesa do património classificado e do valiosíssimo acervo pertencente aos Museus do eixo Ajuda/Belém em apreço exige uma planificação rigorosa que garanta, sem qualquer margem para dúvidas, a salvaguarda dos bens culturais e que promova a qualidade da oferta museológica portuguesa.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis a Assembleia da República recomenda ao Governo que:

1. Suspenda todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, até à elaboração de um Plano Estratégico que inclua avaliação de infraestruturas, projectos museológicos, estudo de públicos e acessibilidades, previsão de custos, fontes de financiamento e calendarização.

2. Promova um amplo debate público sobre as alterações aos museus do eixo Ajuda/Belém, envolvendo, nomeadamente, as associações dos sectores da Museologia e da Conservação e Restauro, a Câmara Municipal de Lisboa, a Associação de Turismo de Lisboa e especialistas nacionais e internacionais das áreas do património, da museologia e da arquitectura.

3. Promova a sondagem às fundações do Edifício da Fábrica Nacional de Cordoaria, a ser executada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para averiguar as condições de estabilidade e de segurança daquele património, tendo em conta as características do edifício e do local onde está implantado.

4. Avalie os vários projectos museológicos e sua relação com os edifícios existentes, bem como com novos edifícios a construir, face às necessidades dos museus que já existem e à eventual criação de novos museus ou unidades museológicas.

5. Elabore um Plano Estratégico para a reconfiguração do conjunto de museus no eixo Ajuda/Belém, que inclua avaliação de infra-estruturas, projectos museológicos, estudo de públicos e de acessibilidades, bem como de sustentabilidade das instituições, previsão dos custos, fontes de financiamento e calendarização de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém.

Assembleia da República, 12 de Abril de 2010.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,